

Lobo Ibérico em risco com novas medidas do Ministério da Agricultura – Afirmam ambientalistas

written by O Cidadão | 27 de Maio, 2026



O Ministério da Agricultura e Mar tenciona fazer alterações ao PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum – que poderão comprometer a **proteção do lobo-ibérico** pela sociedade, espécie protegida em Portugal desde 1988. Estas alterações contrariam diretamente a promessa feita pela Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, em setembro de 2024, de que não haveria ***“alterações na política nacional de proteção do Lobo-Ibérico, que tem vindo a ser prosseguida nas últimas décadas”***.

Em setembro de 2024, na sequência do voto favorável de

Portugal à proposta da Comissão Europeia para reduzir o estatuto de conservação do lobo na Europa, a Ministra declarou ao Expresso que ***“O Estado Português não se deverá opor a alterações que outros estados queiram promover nesta área, desde que isso não implique a subscrição de Portugal de qualquer documento ou a alterações na política nacional de proteção do Lobo-Ibérico, que tem vindo a ser prosseguida nas últimas décadas”***.

Contudo, o Ministério da Agricultura e Mar propôs alterações ao PEPAC **que contrariam esta promessa**, ao incluírem alterações que permitirão que beneficiários de apoios do PEPAC – como agricultores e produtores pecuários – continuem a receber financiamento destinado à manutenção de cães de proteção de gado, com vista a minimizar os prejuízos que aquela espécie protegida pode causar à atividade pecuária e a facilitar a coexistência com o lobo, **mesmo após condenações por crimes ambientais, como o abate de lobos**.

“Estas alterações legitimam socialmente e na prática atos ilícitos e crimes, dirigidos a uma espécie sobre a qual têm incidido variados esforços de minimização de conflito, validando-os aos olhos da sociedade. Tal promove uma cultura de permissividade e gera incoerência nas políticas públicas. Se legalmente se penaliza, e bem, quem abate esta espécie (ou qualquer outra que seja protegida), não se pode manter apoios para proteção da espécie aos mesmos que as abatem.” – afirmam os ambientalistas.

As ONGAs subscritoras deste comunicado acreditam na compatibilização entre a **conservação dos valores naturais e a produção agrícola**, que se podem complementar quando enquadrados por políticas públicas coerentes e práticas de gestão verdadeiramente sustentáveis.

Estas alterações, propostas pelo Ministério da Agricultura, como forma de **“simplificar”** procedimentos para os beneficiários dos apoios do PEPAC, representam um sinal

profundamente negativo para a sociedade e para o setor agropecuário, ao enfraquecerem a coerência entre os **apoios públicos e os objetivos de conservação do lobo-ibérico**.

O PEPAC canaliza fundos europeus para apoios à **agricultura, produção pecuária, e produção florestal**, incluindo medidas destinadas a incentivar práticas favoráveis à conservação da biodiversidade e à proteção de espécies ameaçadas.

As ONGAs subscritoras:

A Nossa Terra – Associação Ambiental

AEPGA – Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino

APAP – Associação Pé Ante Pé

Associação ALDEIA

Associação de Património de Coruche

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

FAPAS – Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade

FEDRA – Federação de Defesa e Resgate Animal

GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Grupo Ecológico de Cascais

Grupo Lobo – Associação para a Conservação do Lobo e do seu Ecosistema

LPDA – Liga Portuguesa dos Direitos do Animal

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do

Património Rural

Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Rewilding Portugal

SOS Animal Portugal – Grupo de Socorro Animal de Portugal

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

SPECO – Sociedade Portuguesa de Ecologia

WWF Portugal

Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável